

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

ILHAS DE VALOR, S.A.

*Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86-1º - Andar-Frente
9580-529 Vila do Porto*

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL

Exmos. Senhores,

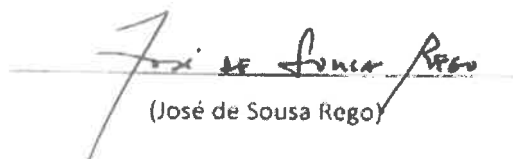
Convoca-se a Assembleia Geral Anual da Ilhas de Valor SA, com Sede na Rua Dr. Luis Bettencourt, n.º 86-1º Andar-Frente, em Vila do Porto, NIPC 512093601, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto sob o n.º 00152/060120, com o Capital Social de 9 000.000,00 Euros, integralmente realizado, para o dia 31 de março de 2017, pelas 16H00, na sala de reuniões da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2016,
- 2 - Deliberar sobre a Proposta do Conselho de Administração de Aplicação de Resultados,
- 3 - Proceder à apreciação da administração e fiscalização da sociedade.

Apenas poderão participar na reunião e votar os acionistas que possuam pelo menos dez ações, podendo os que possuam menor número agrupar-se e fazer-se representar por um dos agrupados, devendo em qualquer caso as ações estar em seu nome no respetivo livro e depositadas na Sede da Sociedade ou em qualquer estabelecimento bancário com a antecedência mínima de dez dias relativamente à data da Assembleia, comunicando-se o facto ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, para a Sede da Sociedade.

Ponta Delgada, 02 de março de 2017

... O Presidente da Mesa Assembleia Geral



(José de Sousa Rego)



ÍNDICE

1. EMPRESA	6
1.1. Informação Geral	6
1.2. Órgãos Sociais	8
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2.1. Ilha de Santa Maria	12
2.2. Ilha Graciosa	12
2.3. Ilhas das Flores	12
2.4. Ilha de São Jorge	15
2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira	17
2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas	18
2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas	21
2.8. Ilhas da Coesão	21
2.9. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial	22
2.9.1. Linha de Crédito Açores Investe	22
2.9.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	22
2.9.3. Linha de Crédito Açores Empresas	23
2.9.4. Linha de Crédito Açores Empresas II	23
2.9.5. Linha de Crédito Açores Investe II	24
2.9.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II	24
2.9.7. Linha de Crédito Açores Empresas III	25
2.9.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez	25
2.9.9. Medidas de Apoio ao Emprego	25
2.10. Compromissos Financeiros e Financiamento	27
3. RECURSOS UTILIZADOS	29
3.1. Recursos Humanos	29
3.2. Recursos Técnico – Investimentos	29
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA	29

4.1. Situação Económica	29
4.1.1. Proveitos	30
4.1.2. Custos	30
4.1.3. Resultados	30
4.2. Situação Financeira	30
4.3. Dados Económico-financeiros	31
4.4. Indicadores Económico - financeiros	31
5.FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	32
6.DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL	32
7.PERSPETIVAS	32
8.AGRADECIMENTOS	33
9.APLICAÇÃO DE RESULTADOS	33
10.CONTAS	35
10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2016	36
10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2016	37
Demonstração dos Resultados por Funções	34
10.3. Movimentos Ocorridos nas rubricas de capital	37
10.4. Movimentos e Depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis	37
10.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto	42
10.6. Anexo às Demonstrações Financeiras	37
11.RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	75

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

2016

ILHAS DE VALOR, S.A.

Senhores Acionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade "ILHAS DE VALOR, S.A." referentes ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2016.

1. EMPRESA

1.1. Informação Geral

Firma: A sociedade do tipo comercial, com o capital social representado por ações tem a denominação

– "ILHAS DE VALOR, S.A".

Data da sua constituição: 29 de dezembro de 2005.

Sede: Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 86

1º Andar – Apartado 21

9580-529 Vila do Porto

Capital: 9.000.000,00 €.

Participação no Capital Social

O capital social é constituído por 1 800 000 Ações no valor nominal de cinco euros distribuídas da seguinte forma:

Região Autónoma dos Açores	50,00%	4.500.000,00€
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	49,44%	4.450.000,00€
SATA – Air Açores SA	0,28%	25.000,00€
Atlânticoline, SA	0,28%	25.000,00€

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado e registado correspondendo a 9 milhões de euros.

Nos termos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não detinham ações da empresa à data do encerramento das contas, nem detiveram durante todo o exercício de 2016.

Matrícula na C.R.C. de Vila do Porto: 00152/060120

N.I.P.C.: 512 093 601.

Objeto social:

1 – O planeamento, a promoção e o desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços.

2 - A sociedade tem ainda como objeto social o apoio às empresas, nomeadamente:

a) Estimular a intervenção do capital de risco no apoio às pequenas e médias empresas, privilegiando as fases iniciais do seu ciclo de vida e o investimento em projetos inovadores;

b) Reforçar o sistema de garantia mútua e promover o alargamento da sua intervenção às empresas e projetos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;

c) Promover a contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME;

d) Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente os instrumentos convertíveis de capital e dívida e a titularização de créditos destinados a potenciar o financiamento de pequenos projetos de PME.

3 - A prossecução dos objetivos do número anterior concretiza-se através da participação nos seguintes instrumentos de financiamento:

a) Reforço do capital do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), criado pelo Decreto-Lei n.º 229/98, de 22 de julho;

b) Constituição ou reforço do capital de veículos de investimento imobiliário, designadamente fundos de investimento imobiliário;

c) Constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, nomeadamente, com mecanismos de garantia e de bonificação parcial dos juros e outros encargos;

d) Participação em mecanismos de prestação de garantias de financiamento.

4 – A sociedade pode, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

5 – Na prossecução do seu objeto, a sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, ainda que com o objeto diferente do seu, bem como associar-se, sob qualquer forma, com quaisquer entidades singulares ou coletivas, nomeadamente para formar agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, agrupamentos europeus de interesse económico ou outro tipo de exercício de atividade económica.

C.A.E.: 55111 – HOTÉIS COM RESTAURANTE.

1.2. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais à data do encerramento do exercício tinham a seguinte composição:

1 - Mesa da Assembleia-Geral:

Presidente: José de Sousa Rego

Vice-Presidente: Luís Miguel Alves Vicente da Silva Melo

Secretária: Vera Cristina Pereira Sousa

2 - Conselho de Administração:

Presidente: Lubélia Maria de Melo Figueiredo Chaves

Vogal Executivo: Diana Rosa Ávila Valadão

Vogal Executivo: Alberto da Silva Costa



3 - Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único - Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda, representada por Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Fiscal Suplente – Leopoldo Alves & Associados, SROC, representada por Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319).

Os Órgãos Sociais são os eleitos em janeiro de 2013, com a composição e aprovação dos respetivos montantes das remunerações em Atas de Assembleia Geral n.º 49, de 23 de janeiro de 2012 e 09 de abril de 2013.

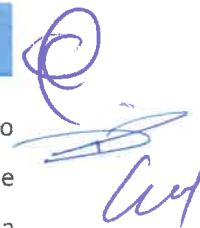
As respetivas remunerações têm sido objeto de aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e de acordo com o previsto nos subsequentes Diplomas de aprovação da Lei do Orçamento de Estado. Assim, e nos termos da alínea i) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº 7/2008 (Regime do setor público empresarial da RAA) o montante das Remunerações pagas aos membros do órgão de gestão e administração correspondeu a 169.500,97 € (*cento e sessenta e nove mil quinhentos euros e noventa e sete cêntimos*) em 2016.

Os membros da Mesa da Assembleia-Geral, não recebem qualquer remuneração pelo desempenho das respetivas funções.

O Órgão de Fiscalização para exercer as funções de fiscal único efetivo, é a sociedade Duarte Giesta, SROC, Unipessoal, Lda, com sede na Rua Dr. Caetano de Andrade n.º 5-2º Centro, em Ponta Delgada, representada pelo Sr. Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC) n.º 520; e para suplente o Sr. Dr. Leopoldo de Assunção Alves (ROC n.º 319). Este órgão é remunerado de acordo com a tabela da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sendo que durante o exercício de 2016 correspondeu ao montante de 11.328,00 € (*onze mil trezentos e vinte e oito euros*).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para o Conselho de Administração.

Os principais elementos curriculares e funções exercidas por cada membro do Conselho de Administração, e de acordo com a alínea c) do artigo 16º do mesmo Decreto Legislativo Regional, são os seguintes:



Lubélia Maria Melo Figueiredo Chaves, nascida a 26/09/1973 na freguesia e concelho de Vila do Porto, licenciada em Organização e Gestão de Empresas em 1996, pertencente ao quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vila do Porto, desde 1 de abril de 2003 com a carreira/categoria de Técnico Superior em relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado. Encontra-se requisitada em regime de comissão de serviço desde 15/02/2006 a exercer as atuais funções de Presidente do Conselho de Administração na Ilhas de Valor, S.A..

Possui o Curso de "Formação Pedagógica de Formadores" e é Contabilista Certificada, como Membro Nº 35447 inscrita na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, desde 1997.

Para além das funções presentes já desempenhou as abaixo mencionadas:

Vogal Administrativa do Conselho de Administração do Centro de Saúde de Vila do Porto, desempenhando as funções de Gestão Administrativa e Financeira com responsabilidade na elaboração de Orçamentos, Contas de Gerência, Inventários e procedimentos relativos à Aquisição de Bens e Serviços, à Gestão de Tesouraria, Gestão de Pessoal e Serviços Administrativos de Apoio, no período de 1 de abril de 1998 a 31 de março de 2003.

Diana Rosa Ávila Valadão, nascida a 19/01/1975 em Fontinhas, Praia da Vitória, com Curso Superior de Engenharia de Máquinas, Ramo Energia, pelo Instituto Politécnico Autónomo de Lisboa, sendo-lhe oficialmente reconhecido o grau Bacharel, concluído em 1998, exerce as funções para as quais foi confiada como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 1 de julho de 2009.

- De 1 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2004, funcionária da empresa José de Meneses Pereira Valadão – metalomecânica;
- De 1 de janeiro de 2005 a 17 de novembro de 2008, funcionária e sócia da empresa José Valadão & Filhos, Lda., metalomecânica e também dedicada à construção civil;
- De novembro de 2008 a junho de 2009, foi Deputada Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Desde 1 de julho de 2009 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..
- Desde 08 de novembro de 2012 é Gerente da sociedade Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

Alberto da Silva Costa, nascido a 20/08/1956 em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, com a frequência da Licenciatura de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce as funções para as quais foi confiado como Vogal do Conselho de Administração da Ilhas de Valor S.A. desde 09 de abril de 2013.

- Foi eleito Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Porto de 1983 a 1985;
- Foi eleito Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto de 1985 a 1992;
- Foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto de 01 de novembro de 1992 até 28 de outubro de 2005;
- De outubro de 2005 a novembro de 2008, foi Deputado Regional, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto de 10 de janeiro de 2009 a maio de 2010.
- Desde 09 de abril de 2013 é Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor, S.A..

Todos os membros do Conselho de Administração exercem as diversas funções de Gestão de carácter geral não especificadas, praticando e partilhando os demais atos, com exceção das seguintes:

- Na empresa participada Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda, foram exercidas funções de Gerente pela Vogal deste Conselho de Administração, Diana Rosa Ávila Valadão.

Nos termos da alínea h) do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº7/2008 (Regime do setor público empresarial da RAA), o Conselho de Administração da Ilhas de Valor, S.A., reuniu ao longo de 2016 a fim de tratar das questões inerentes ao exercício das atividades para a qual foi criada, nomeadamente para apreciar e decidir sobre os diversos assuntos no âmbito da atividade desenvolvida, contratação de fornecimento de bens e serviços, de pessoal e de financiamentos.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No âmbito do previsto e planeado para as atividades da sociedade anónima de capitais públicos, Ilhas de Valor, S.A., o ano de 2016 correspondeu ao acompanhamento da atividade dos hotéis construídos através desta empresa e concessionados posteriormente, ao funcionamento e gestão do Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão das Flores, à gestão e exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira, gestão das diversas Linhas de Crédito de Apoio à Atividade Empresarial, bem como ao desenvolvimento e execução de diversos procedimentos e serviços relacionados com o património da Zona Envolvente do Aeroporto de Santa Maria transferido para a Região Autónoma dos Açores, no qual também inclui o Projeto para a Incubadora de Empresas de Santa Maria.

Passamos a apresentar as seguintes:

2.1. Ilha de Santa Maria

Em 2016 concluiu-se o processo administrativo após a desafetação dos terrenos, do parque habitacional e das infraestruturas que se encontravam sob a administração da ANA, S.A., na ilha de Santa Maria, assim como a obtenção de alvarás de loteamento de alguns dos Bairros.

Com a aprovação do regulamento de venda das habitações em julho, a Ilhas de Valor S. A., como entidade gestora dos processos em Santa Maria, iniciou os contatos com todos os moradores abrangidos, tendo em vista a formalização das opções pelo arrendamento com opção de compra ou pela venda daquelas habitações, já com a realização de algumas escrituras de compra das moradias naquele ano.

O Plano de Intervenção da Zona Envolvente ao Aeroporto de Santa Maria deu lugar ao procedimento de Classificação do Lugar do Aeroporto de Santa Maria pela Direção Regional da Cultura, que contempla a proteção, valorização e o ordenamento, com a criação de regras urbanísticas e reabilitação daquela área.

Q.

Leid

Ilustração 1: Área Classificada do Lugar do Aeroporto de Santa Maria



Deu-se continuidade à limpeza e manutenção da salubridade da zona envolvente, bem como noutros espaços envolventes e zonas públicas do parque habitacional do Aeroporto.

No ano de 2016 deu-se início aos trabalhos de pavimentação do Bairro dos Anjos e respetivos trabalhos de remoção das coberturas de determinadas habitações, tendo-se desenvolvido ainda o devido projeto de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

Ilustração 2. "Zona Envolvente ao Aeroporto" / Trabalhos de limpeza/ Pavimentação/ Remoção das Coberturas no Bairro dos Anjos.



Tendo sido lançado o concurso público para a empreitada da Incubadora do Centro de Desenvolvimento e Inovação Empresarial de Santa Maria no ano de 2016, e atendendo a que não existiram propostas para a execução da obra, procedeu-se à revisão e atualização de algumas peças do Concurso para relançamento em 2017.

Ilustração 3: Incubadora de Empresas



2.2. Ilha da Graciosa

O Hotel Resort da Graciosa, unidade hoteleira de 4 estrelas e em funcionamento desde 2009, tem um contrato de cessão de exploração hoteleira com a Fundação INATEL.

No ano de 2016 verificou-se um aumento/evolução positiva na atividade, nomeadamente nas dormidas que correspondeu a uma taxa de ocupação de 31,37%.

Ao longo deste período a Ilhas de Valor S.A. tem acompanhado a exploração com o objetivo da oferta e prestação de serviços de qualidade na área do Turismo naquela ilha.

Ilustração 4: Hotel Resort da Graciosa



2.3. Ilha das Flores

O Hotel das Flores tem um contrato de cessão da exploração com a Fundação INATEL desde o início do seu funcionamento em 2009.

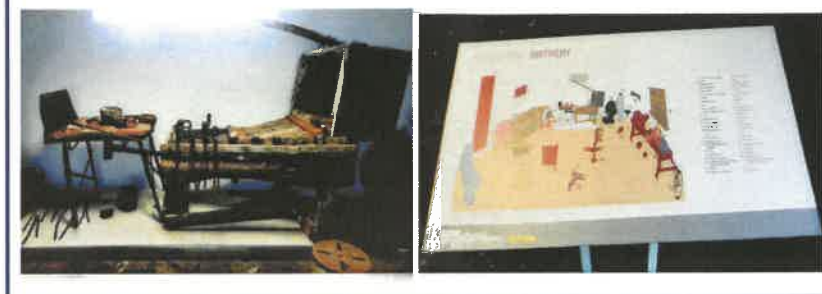
Este Hotel foi um investimento essencial e que tem sem dúvida, um efeito reprodutivo muito saliente no desenvolvimento da Ilha, até porque se associa a outros investimentos em infraestruturas florentinas ligadas à atividade turística, o que veio trazer à ilha das Flores outra capacidade, outra dimensão e outra qualidade na resposta que a ilha pode dar, integrando-se nos circuitos turísticos regionais, reforçando e impulsionando a atividade económica da ilha, gerando empregos diretos e dinamizando atividades com ela relacionadas.

Com o objetivo de proporcionar um alojamento de qualidade com vista à oferta de um produto turístico completo e diversificado, proporcionando aos seus clientes e colaboradores melhor qualidade e desempenho das atividades disponibilizadas pelo Hotel das Flores foram realizados diversos trabalhos no seu interior, nomeadamente a execução de substituição do Deque.

O Museu da Fábrica da Baleia do Boqueirão, entrou em funcionamento em 2015, um investimento que, em conjunto com a reabilitação do edifício, na antiga unidade fabril, através da recuperação e reabilitação da mesma, e com o objetivo da estratégia de transformar espaços que são da memória e do passado dos Açores, trouxe à ilha das Flores um novo espaço de atração turística.

Foi inaugurado um novo espaço com nova exposição de peças restauradas patente ao público cujo objetivo é dar prosseguimento ao projeto de musealização denominado – Ferraria.

ILUSTRAÇÃO 5: MUSEU DA FÁBRICA DA BALEIA DO BOQUEIRÃO – ESPAÇO FERRARIA



No ano de 2016 foram também executados diversos trabalhos com vista à promoção do espaço, nomeadamente a impressão de panfletos, impressão de placas de sinalização e execução de *lettering*.

Procedeu-se à aquisição de diverso equipamento e mobiliário sempre apostando na melhoria, inovação da oferta, mantendo o padrão de exigência de qualidade necessários para dar resposta à procura do público interessado neste setor e melhores condições aos seus colaboradores.

Manteve-se a infraestrutura em funcionamento com a manutenção de 3 postos de trabalho, tendo-se registado o interesse de 4.388 visitantes.

2.4. Ilha de São Jorge

Manteve-se a participação no Capital Social da empresa Pousada da Juventude da Caldeira do Santo Cristo, Lda.

O resultado negativo da empresa participada de 16.815,77 € (dezasais mil oitocentos e quinze euros e setenta e sete cêntimos) está refletido pelo método da equivalência patrimonial nas contas da sociedade Ilhas de Valor, S.A.

Ao longo de 2016 tem sido mantido o acompanhamento no funcionamento e exploração da atividade da Pousada, através do contrato de cessão da exploração com a empresa Pousadas da Juventude dos Açores desde julho de 2011.

2.5. Exploração do Campo de Golfe da Ilha Terceira

Desde outubro de 2015, conforme Contrato de Cessão de Exploração a sociedade Ilhas de Valor, S.A. explora o Campo de Golfe da Ilha Terceira.

Considerando o histórico do Campo de Golfe da Ilha Terceira, durante o ano de 2016, assegurou-se novamente a sua gestão acompanhando todas as ações e eventos desportivos na área do Golfe, promovendo a sua sustentabilidade e promoção turística do Golfe para a Região através da marca «Azores Golf Islands».

A conjuntura económico-financeira durante o ano de 2016, registou indicadores positivos devendo-se relativamente à retoma do setor turístico na Ilha Terceira, na qual foram implementadas algumas medidas.

Uma adequada promoção nacional e internacional do Golfe Açores e a criação de ligações aéreas diretas à Ilha Terceira com origem em Boston, Madrid e Alemanha, permitiram dinamizar significativamente, o que originou um aumento nas vendas.

Concretizou-se durante o ano de 2016, o habitual calendário de torneios e a grande aposta na formação de jovens praticantes, o que também originou um aumento substancial de Green Fees e Serviços de Golfe.

Implementaram-se algumas medidas necessárias à racionalização de custos, sendo que a valorização do campo, foi sempre uma grande preocupação, atendendo a que no ano de 2017 se prevê a concretização da 7ª edição do Açores Ladies Open, evento internacional, bem como outros eventos nacionais de grande importância para a notoriedade do Golfe nos Açores.

ILUSTRAÇÃO 6 E 7: CLUBE GOLFE DA ILHA TERCEIRA



2.6. Exploração dos Campos de Golfe da Batalha e das Furnas

Conforme previsto no contrato de Cessão de Exploração celebrado com a Verdegolf, S.A. em 2010, a Ilhas de Valor, S.A. desde março de 2010 explora os Campos de Golfe da ilha de São Miguel e dando cumprimento ao contratualizado e aprovado em Assembleia Geral desta sociedade, pretende-se continuar a assegurar a gestão dos Campos de Golfe.

A Ilhas de Valor, S.A. assumiu então todos os proveitos e custos decorrentes do funcionamento da atividade dos Campos de Golfe da ilha de São Miguel. A atividade dos Campos consiste na prática da modalidade, gestão de torneios e eventos ligados ao golfe, aulas, loja especializada denominada proshop e ocupação de tempos livres. Para além desta atividade, que é o core-business deste negócio, os Campos de Golfe também possuem duas infra-estruturas sociais, denominadas Clubhouse, onde se desenvolvem as atividades complementares a este negócio como é o serviço de bar, restauração, festas, banquetes e apoio aos eventos.

ILUSTRAÇÃO 8: CLUBE GOLFE FURNAS E BATALHA



Em 2014 e 2016 a Golf Digest Norte Americana, nomeou o Campo de Golfe das Furnas como o 2º melhor campo para se jogar em Portugal, ao Campo de Golfe da Batalha por sua vez foi-lhe concedido por dois anos consecutivos o certificado Outstanding Golf pela Leading Courses.

Os Campos de Golfe da ilha de São Miguel também foram palco de importantes competições Nacionais e Internacionais: VI Açores Ladies Open, torneio que dá acesso ao escalão máximo do golfe feminino europeu, o European Tour e que contou com 47 participantes de 20 nacionalidades, Final Nacional da 19ª Edição do Expresso BPI, 7ª edição Azoren Pro Am GOTP, 3ª edição do Troféu Açores de Golfe, 26.º Circuito Golfe e Comunicação e a 5.ª Edição da Taça do Emigrante e outros.

ILUSTRAÇÃO 9: VI AÇORES LADIES OPEN; 4.ª 19ª EDIÇÃO DO EXPRESSO BPI,



Para além destes em 2016 também se realizaram torneios de âmbito Regional e Local, tendo como objetivo satisfazer o gosto pela prática da modalidade aliando a componente competitiva e o convívio entre os praticantes.

A divulgação da modalidade tem sido constante, através do incentivo à experiência. Os pacotes do “Golfe para todos” que já cativou um número considerável de novos praticantes nos últimos anos é uma aposta ganha e um incentivo para continuarmos por este caminho promovendo a divulgação da modalidade também fora dos campos de golfe.

ILUSTRAÇÃO 10: GOLFE PARA TODOS; 6 TORNEIO DOS CRAVOS;
7: DIVULGAÇÃO GOLFE NO C C PARQUE ATLÂNTICO



Na expectativa de aproximar o Golfe nas camadas mais jovens da sociedade têm sido promovidas inúmeras ações de sensibilização ao golfe tanto no Campo de Golfe das Furnas como no Campo de Golfe da Batalha. Apoiamos as mais variadas instituições particulares de solidariedade social, juntas de freguesia, casas de povo e associações sem fins lucrativos em ocupação de tempos livre com golfe nos períodos de férias escolares, tanto na Páscoa como nas férias de Verão.

Quanto aos resultados em 2016, refere-se que as receitas no ano de 2016 em comparação com o período homólogo tiveram um aumento de 23%.

Em todos os sectores houve um aumento tendo-se destacado a venda de greens-fees com um aumento de 29% em relação ao ano anterior.

No sector de Visitantes também estão incluídas as receitas relativas aos visitantes que vêm através de agências, ou seja aqueles que quando nos visitaram já tinham como objetivo a prática da modalidade, além destes destaca-se os visitantes a que nós chamamos os Walk - Ons, que são aqueles que depois de estarem nos Açores de férias percebem que existem campos de Golfe disponíveis, através da divulgação feita nos hotéis, alojamentos locais e espaços de turismo rural. As receitas destes tiveram um peso 41% nas receitas gerais dos visitantes.

No final do ano, o resultado da exploração correspondeu a -686 646,41 euros, e comparativamente ao ano de 2015 verificou-se um diferencial positivo de 3,4%.



2.7. Participação no Capital Social da empresa SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas

Na sequência da participação da Sociedade Ilhas de Valor, S.A., no capital social da sociedade anónima SINAGA – Sociedade de Industrias Agrícolas Açorianas - e atendendo a que esta empresa continua a reestruturar a dívida bancária existente, bem como a contratualização de novas linhas de financiamento, em 2016 a Ilhas de Valor, S.A. acompanhou o processo e disponibilizou apoio nas modalidades de Aval ou Garantias Bancárias.

Dando cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral da Ilhas de Valor, S.A., de 12 de dezembro de 2016 foi aumentado o Capital Social da SINAGA no valor de 900 mil euros.

O resultado negativo da empresa participada de 1.864,224.85€ (*um milhão oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro mil euros e oitenta e cinco centimos*) está refletido pelo método da equivalência patrimonial nas Contas da sociedade Ilhas de Valor S.A..

2.8. Ilhas da Coesão 2020

O documento denominado “Ilhas da Coesão 2020”, foi elaborado resultando de um trabalho múltiplo ao longo de 2015 e 2016 na recolha de informação documental sobre as denominadas “Ilhas da Coesão” (S. Jorge, Graciosa, Santa Maria, Flores e Corvo), com a realização de visitas e de reuniões em cada uma das cinco ilhas, mobilizando alguns dos atores locais julgados mais pertinentes para este efeito e concluiu com uma análise documental de medidas e instrumentos de discriminação positiva, a favor destas ilhas e da Coesão Regional.

A estratégia “Ilhas Coesão 2020” será concretizada através de um plano de Ação que integra um conjunto de medidas e intervenções em cada ilha. Tal como a estratégia, também o plano de Ação “Ilhas de Coesão 2020” foi e continuará a ser construído através de um processo aberto a todas as instituições, pelo que não será, assim, um documento fechado, mas sim um referencial estratégico aberto a todas as propostas que nos sejam efetuadas agora ou durante todo o período 2014-2020, desde que se enquadrem nas prioridades da estratégia “Ilhas de Coesão 2020”.

2.9. Medidas de Apoio ao Financiamento Empresarial

Relativamente às Medidas de Apoio às Empresas e conforme definido em Resolução do Conselho do Governo, a Ilhas de Valor, S.A. é a Entidade Gestora das Linhas de Apoio às Empresas (EGL). Em relação a cada uma das Linhas tem-se:

2.9.1. Linha de Crédito Açores Investe

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolviam atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 40 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 8 de novembro de 2009.

A Resolução do Conselho de Governo nº 118/2010, de 22 de julho e a Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, vieram permitir aumentar o período de carência de capital e o prazo das operações já contratadas, estando a empresa a gerir e a pagar as bonificações de 36 operações.

Unidade: Euros	
Montante Executado até 31/12/2015	1.022.894,38
Montante Executado em 2016	18.298,24

2.9.2. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamento afeto à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 30 de setembro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas. Em novembro de 2014, um segundo aditamento veio permitir um alargamento do prazo da operação e/ou um novo período de carência.

Atualmente, a EGL encontra-se a gerir e a pagar as bonificações de 144 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	4.508.939,68
Montante Executado em 2016	14.995,09



2.9.3. Linha de Crédito Açores Empresas

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até €25.000,00 (microempresas), €100.000,00 (pequenas empresas) e €250.000,00 (restantes empresas). O prazo das operações foi até 5 anos para todas as empresas com um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 31 de janeiro de 2010.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de mais um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 55 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	879.196,02
Montante Executado em 2016	1.364,42

2.9.4. Linha de Crédito Açores Empresas II

Teve como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 60 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida às empresas pelos municípios regionais e empresas municipais.

Esta Linha encerrou a 15 de novembro de 2010. O prazo de todas as operações era de 24 meses, pelo que todas estão vencidas e por conseguinte encerradas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	805.831,78
Montante Executado em 2016	12.375,03



2.9.5. Linha de Crédito Açores Investe II

Tem como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividades enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação inicial de 40 milhões de euros, tendo sido reforçada, durante o ano de 2013, em 10 milhões de euros e posteriormente em mais 5 milhões de euros.

Esta linha encerrou a 31 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses, para as operações já contratadas, estando a EGL atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 919 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	3.749.000,06
Montante Executado em 2016	1.819.158,05

2.9.6. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores II

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva.

Esta linha encerrou a 13 de setembro de 2011.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a empresa atualmente a gerir e a pagar as bonificações de 238 operações.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	6.413.973,34
Montante Executado em 2016	1.078.924,95

2.9.7. Linha de Crédito Açores Empresas III

Tinha como beneficiários as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, que desenvolvessem atividade enquadrada na lista de CAE's definida pela Entidade Gestora, com uma dotação de 20 milhões de euros, onde constavam como operações elegíveis: financiamentos destinados à liquidação de dívida a terceiros. Os montantes de financiamento por empresa foram até €25.000,00 (microempresas), €100.000,00 (pequenas empresas) e €250.000,00 (restantes empresas). O prazo das operações foi de 5 anos para todas as empresas, tendo, em qualquer caso, um período de carência de capital até 12 meses.

Esta Linha encerrou a 3 de setembro de 2012, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 7 operações com o montante de financiamento de 857.594,71€.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir a introdução de um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	499.117,77
Montante Executado em 2016	4.858,23

2.9.8. Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores e Apoio à Liquidez

Visava a realização de operações de reestruturação de dívida bancária, nomeadamente, resultante de contas correntes caucionadas, crédito ao investimento e leasing de equipamentos afetos à atividade produtiva. Da operação de reestruturação da dívida bancária teria de resultar um benefício para a empresa, traduzido numa diminuição dos encargos financeiros globais a curto e médio prazo, em ordem a permitir a libertação de fundos para reforçar a sua solidez económico-financeira. Como o próprio nome indica, esta linha tinha associada uma operação de apoio à tesouraria que poderia ser efetuada ao abrigo da Linha de Crédito Açores Investe II, da Linha de Crédito Açores Empresas III ou de um novo financiamento.

Esta Linha encerrou a 30 de setembro de 2013.

A Resolução nº 47/2013, de 3 de junho, veio permitir introduzir um período de carência de capital de 12 meses para as operações já contratadas, estando a EGL a gerir e a pagar as bonificações de 291 operações, 31 das quais beneficiaram da referida Resolução. Posteriormente em novembro de 2014, foi acordado um segundo aditamento, que veio

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

permitir um alargamento do prazo e/ou do período de carência, e que atualmente abrange 21 empresas.

Tipo de Empresa	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
Micro	184	53,5%	24.304.575,31	810
Pequena	117	34,0%	34.183.613,70	1.674
Média	39	11,3%	20.524.259,32	1.530
Grande	4	1,2%	511.691,66	362
TOTAL	344		79.524.139,99	4.376

Aprovadas	344	91,0%
Desistências	24	6,3%
Não aprovada	10	2,6%

Ilha	N.º Candidaturas	Aprovadas	TOTAL Financiamento €	TOTAL Trabalhadores
SMA	0	0,0%	0,00	0
SMG	173	50,3%	49.374.639,96	2867
TER	67	19,5%	13.029.848,95	644
FAI	47	13,7%	7.803.089,16	386
PIC	18	5,2%	3.045.763,34	123
SJO	27	7,8%	3.604.888,77	201
GRA	6	1,7%	880.940,49	39
FLO	6	1,7%	1.784.969,32	116
COR	0	0,0%	0,00	0
Aprovadas	344		79.524.139,99	4.376

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	2.428.808,05
Montante Executado em 2016	1.513.081,20

2.9.9. Medidas de Apoio ao Emprego

- A) Programa de Valorização do Emprego (PVE) - Medida excecional, em contexto de crise económica, tendo em vista o apoio à manutenção da atividade das empresas dos Açores, bem como dos seus postos de trabalho. Consistiu num empréstimo sem juros, concedido pela Ilhas de Valor S.A, pelo prazo de 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas), 100.000,00 euros (pequenas empresas) e 300.000,00 euros (médias empresas). As candidaturas estiveram abertas de 9 de março a 12 de abril de 2012. A Resolução do Conselho do Governo n.º 67/2015, de 20 de abril de 2015, prevê o aumento do período de carência de capital até 1 de maio de 2016 ou até 1 de maio de 2017 consoante, respetivamente, as empresas beneficiárias do PVE façam prova da manutenção dos postos de trabalho até 31 de dezembro de 2013 ou até 31 março de 2016.
- B) Programa de Estabilização do Emprego (PEE) - Medida excecional que preconiza o apoio à atividade das empresas, através da ajuda à manutenção dos seus postos de trabalho permanentes (efetivos). O Programa foi aberto em agosto de 2013 e consiste num empréstimo sem juros por 6 anos, com os montantes de financiamento por empresa até 25.000,00 euros (microempresas) e 100.000,00 euros (pequenas e médias empresas). Até ao momento, foram aprovadas pela EGL 60 candidaturas tendo esta medida abrangido 478 pessoas e disponibilizado 1,9 milhões de euros.

Unidade: Euros

Montante Executado até 31/12/2015	4.252,17
Montante Executado em 2016	12.114,24

2.10. Compromissos Financeiros e Financiamento

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa tinha uma responsabilidade no valor de 9.426.235,26 € (*nove milhões quatrocentos e vinte e seis mil duzentos e trinta e cinco euros e vinte e seis cêntimos*), proveniente de empréstimos a médio e longo prazo, celebrados com instituições financeiras, designadamente, Novo Banco e CEMAH, sendo que aproximadamente 1,6 milhões de euros resultam dos contratos de incentivos celebrados no âmbito do SIDER-Desenvolvimento Estratégico, para os investimentos de dois Hotéis (Graciosa e Flores).



Em relação ao financiamento bancário, procedeu-se à amortização parcial do empréstimo bancário no Novo Banco e foram suportados e pagos os custos financeiros associados ao financiamento bancário no valor de cerca de 277 mil euros.

Ainda relativamente a financiamento bancário, e no que respeita ao curto prazo, de referir que a empresa apresenta o montante em crédito de 741.000 euros no final do exercício.

No que respeita a fontes de financiamento para as ações e projetos de investimento atrás expostos é de referir que a Sociedade Ilhas de Valor S.A. contou com um Contrato-Programa com a Região para financiamento do plano de investimentos e de atividades gerais e subjacentes à própria empresa emergentes do mesmo, no valor de 3.593.275,00 € (*três milhões quinhentos e noventa e três mil duzentos e setenta e cinco euros*) no âmbito da Coesão até 31 de dezembro de 2016.

Por outro lado, e sendo a Ilhas de Valor, S.A., entidade gestora das Linhas de Crédito de Apoio às Empresas, também contou com um Contrato-Programa do qual foi recebido o valor de 4.450.000,00 € (*quatro milhões quatrocentos e cinquenta mil euros*).



3. RECURSOS UTILIZADOS

3.1. Recursos Humanos

Categorias	Efetivos	A Termo
	31.12.2016	31.12.2016
Técnico Superior	1	0
Secretária/Administrativo	4	0
Auxiliar/Serviços Gerais	1	0

Para além destes trabalhadores afetos à sede da Ilhas de Valor, S.A., a empresa também contou com 65 trabalhadores afetos à exploração dos Campos de Golfe de São Miguel e Terceira.

3.2. Recursos Técnico – Investimentos

Os investimentos mais relevantes ao longo de 2016 foram ao nível do imobilizado inclui essencialmente algum equipamento adquirido para a empresa. O valor da rubrica “*propriedade de investimento*” é o reflexo da concretização dos investimentos em 2016 pela Ilhas de Valor, S.A, nomeadamente o Museu da Fábrica da Baleia nas Flores e algumas intervenções nos Hotéis da Graciosa e Flores.

Os investimentos acumulados representam:

- **Ativo tangível** – 12.009.945,68 euros
- **Propriedade de investimento** – 1.562.979,87 euros

4.SITUAÇÃO ECONÓMICA-FINANCEIRA

4.1. Situação Económica

4.1.1. Proveitos

Verifica-se em 2016 uma variação positiva no que respeita às vendas e prestações de serviços, que incluem o referente a cessão de exploração dos campos de golfe. No entanto, relativamente aos Subsídios à Exploração reflete-se o valor de cerca de 3,593 milhões que inclui o valor por conta do Contrato-Programa e embora ligeiramente inferior ao ano anterior.

4.1.2. Custos

A empresa regista um aumento em fornecimentos e serviços durante 2016 quando comparado com o ano anterior, tendo-se também refletido na respetiva receita. A rubrica gastos com pessoal regista também uma variação positiva. Saliente-se que estes custos incluem também os referentes à cessão de exploração dos campos de golfe em São Miguel e Terceira.

4.1.3. Resultados

Rubricas	PERÍODOS	
	2016	2015
Resultados operacionais	349 427,70	1 779 325,37
Resultados financeiros	-276 526,08	-410 512,85
Resultados correntes	349 427,70	1 779 325,37
Resultados antes de impostos	72 901,62	1 368 812,52
Resultado líquido do exercício	-368 616,26	1 351 331,14

Como podemos observar no quadro anterior, o resultado da empresa é negativo e inferior ao ano anterior.

4.2. Situação Financeira

Tendo em conta uma análise comparativa e/ou evolutiva no exercício de 2015 e 2016, podemos observar e constatar o elevado valor que se encontra registado nas rubricas de capitais próprios correspondendo ao seu capital social, o que confere à empresa uma elevada solidez financeira. Por outro lado, o seu passivo total é ligeiramente superior comparativamente a anos anteriores. Refira-se que a dívida da empresa é na maioria a longo prazo, tendo menos impacto na tesouraria da mesma.

4.3. Dados Económico-financeiros

De seguida, apresenta-se um quadro síntese dos principais dados económico-financeiros que demonstram a situação patrimonial da empresa. Como anteriormente referimos é de salientar o aumento do passivo da Ilhas de Valor, S.A. por conta dos investimentos em curso e concluídos nos últimos anos, que tiveram impacto nos principais indicadores financeiros da empresa.

Indicadores Relevantes	PERÍODOS	
	2016	2015
Total de Proveitos	2 071 241,38 €	1 865 461,33 €
Volume de Negócios	1 559 530,81 €	1 437 283,35 €
Resultados Financeiros	-276 526,08 €	-410 512,85 €
EBIT (Resultados Operacionais)	349 427,70 €	1 779 325,37 €
EBITDA (Cash-flow Operacional)	1 289 171,86 €	2 711 707,43 €
Resultados Antes de Impostos	72 901,62 €	1 368 812,52 €
Resultado Líquido do Exercício	-368 616,26 €	1 351 331,14 €
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-1,73%	6,11%
Rendibilidade das Vendas	-23,64%	94,02%
Liquidez Geral	2,43%	2,78%
Autonomia Financeira	40,84%	43,47%
Solvabilidade	69,02%	76,89%
Endividamento	59,16%	56,53%

Como se pode observar no quadro anterior a empresa regista um endividamento na ordem dos 59%. Por outro lado, verifica-se uma diminuição no grau de solvabilidade e autonomia financeira.

4.4. Indicadores Económico - financeiros

Outros Indicadores	PERÍODOS	
	2016	2015
Rendibilidade operacional	22,41%	123,80%
Rendibilidade Financeira	-1,73%	6,11%
Rendibilidade Económica	-0,71%	2,66%
Grau de alavanca operacional	251,25%	40,96%
Grau de alavanca financeira	100,00%	100,00%
Grau de alavanca combinada	251,25%	40,96%
Liquidez Reduzida	2,43%	2,78%
Líquides Imediata	0,01%	0,03%
Grau de Cobertura de Imobilizado	130,44%	132,66%
Prazo médio de Cobranças	26	20
Prazo médio de Pagamentos	23,58	0,06



5.FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício.

6.DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem ao Centro Regional de Segurança Social.

7.PERSPETIVAS

Durante o ano de 2017 devem continuar algumas das atividades já iniciadas nos anos anteriores e o desenvolvimento das estratégias mais apropriadas para que, em cada ilha, se desenvolvam os investimentos mais adequados, sem descuidar o contínuo apoio às empresas e empresários na Região.

Assim, esta Sociedade, para além de dar continuidade aos projetos definidos e iniciados anteriormente, propõe desenvolver as seguintes ações:

- * Continuar a analisar e acompanhar as necessidades de investimento em cada uma das ilhas, a fim de ser ponderada e estudada a possibilidade de a Sociedade Ilhas de Valor, S.A. contribuir para o desenvolvimento das mesmas.

- * Desencadear os procedimentos para a concretização das parcerias a estabelecer para cada um dos projetos em curso e a iniciar.

8. AGRADECIMENTOS

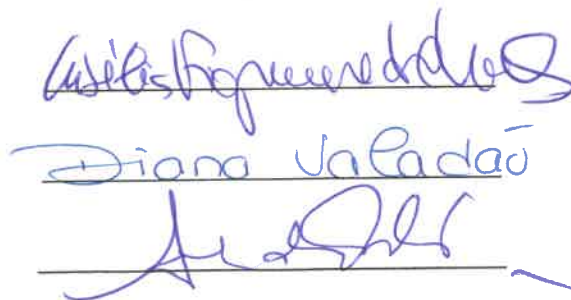
No encerramento de mais um ano de atividade, este Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento às entidades e empresas com que a Ilhas de Valor, S.A., se tem relacionado, bem como a todos os acionistas, os demais órgãos sociais, e em especial aos nossos colaboradores e trabalhadores pela disponibilidade, dedicação e empenho demonstrados.

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido negativo apurado no exercício de 2016 foi 368.616,26 € (trezentos e sessenta e oito mil seiscentos e dezasseis euros e vinte e seis cêntimos), propondo o Conselho de Administração a aplicação em resultados transitados.

Vila do Porto, 24 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração



The block contains three handwritten signatures in blue ink, each positioned over a horizontal line. The first signature is the most stylized, the second appears to read 'Diana Valadao', and the third is a cursive signature.

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS

CONTAS

2016

ILHAS DE VALOR, S.A.



10.CONTAS

- ✓ BALANÇO
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ✓ MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAL
- ✓ ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ✓ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ✓ ANEXO Às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

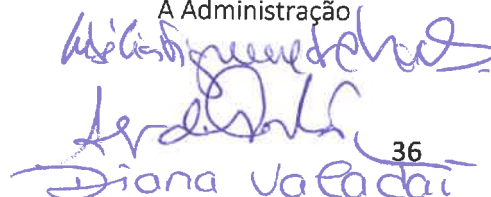
10.1. Balanço em 31 de dezembro de 2016

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12 009 945,68	12 779 521,58
Propriedades de Investimento	6	1 562 979,87	1 562 979,87
Ativos Intangíveis	7	0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	2 727 344,50	2 327 947,97
		16 300 270,05	16 670 449,42
Ativo corrente			
Inventários	9	49 994,84	61 341,37
Clientes	10	410 471,79	281 772,64
Adiantamentos a fornecedores	14	2,48	12 904,61
Estado e outros entes públicos	11	227,41	329 556,03
Outras contas a receber	10	35 222 745,96	33 092 659,01
Diferimentos	12	1 792,15	96,00
Caixa e depósitos bancários	4	80 654,32	426 732,30
		35 765 888,95	34 205 061,96
Total do ativo		52 066 159,00	50 875 511,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	22	9 000 000,00	9 000 000,00
Reservas legais	22	577 000,00	509 000,00
Ajustamentos em Ativos Financeiros	22	4 083 664,41	4 219 038,94
Outras Variações no Capital Próprio	22	1 282 562,78	1 631 430,00
Resultados Transitados	22	6 687 592,62	5 404 261,48
Resultado líquido do período	22	-368 616,26	1 351 331,14
Total do capital próprio	DACP	21 262 203,55	22 115 061,56
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	9 426 235,26	9 826 235,26
Outras contas a pagar	14	6 650 000,00	6 650 000,00
		16 076 235,26	16 476 235,26
Passivo corrente			
Fornecedores	14	165 797,93	3 610,05
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11	436 682,76	44 731,73
Financiamentos obtidos	13	741 000,00	0,00
Outras contas a pagar	14	13 384 239,50	12 235 872,78
Diferimentos		0,00	0,00
		14 727 720,19	12 284 214,56
Total do passivo		30 803 955,45	28 760 449,82
Total do capital próprio e do passivo		52 066 159,00	50 875 511,38

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração



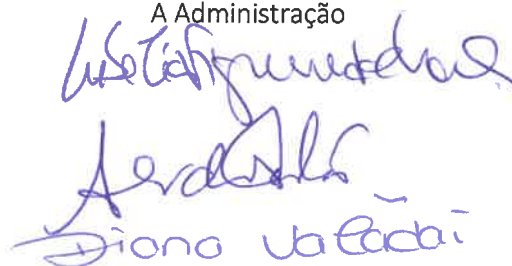
10.2. Demonstração dos Resultados por Natureza/Funções em 31 de dezembro de 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	15	1 559 530,81	1 437 283,35
Subsídios à Exploração	23	3 593 275,00	3 750 000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(174 849,06)	(133 486,62)
Fornecimentos e serviços externos	16	(877 962,58)	(728 780,15)
Gastos com o pessoal	17	(1 384 834,99)	(1 178 246,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	18	511 710,57	428 177,98
Outros gastos e perdas	19	(1 937 697,89)	(863 240,17)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 289 171,86	2 711 707,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	(939 744,16)	(932 382,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		349 427,70	1 779 325,37
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	1 602,54
Juros e gastos similares suportados	21	(276 526,08)	(412 115,39)
Resultado antes de impostos		72 901,62	1 368 812,52
Imposto sobre o rendimento do período	24	(441 517,88)	(17 481,38)
Resultado líquido do período		(368 616,26)	1 351 331,14

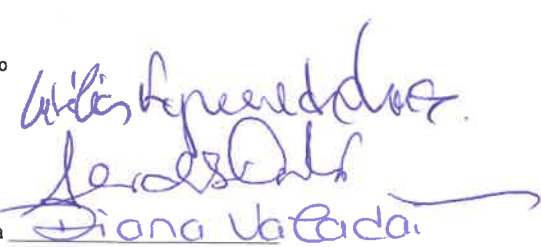

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração



Demonstração de Resultados por Funções

Rubricas	PERÍODOS	
	2016	2015
Demonstração de resultados por Funções		
Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
	Contribuinte:	512093601
Vendas e serviços prestados (a)	1 559 530,81	1 437 283,35
Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	-1 052 811,64	-862 266,77
Resultado bruto	506 719,17	575 016,58
3 Outros rendimentos	4 104 985,57	4 178 177,98
4 Gastos de distribuição	0,00	0,00
5 Gastos administrativos	-4 262 277,04	-2 973 869,19
6 Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
7 Outros gastos	0,00	0,00
Resultado operacional	349 427,70	1 779 325,37
8 Gastos de financiamento (líquidos)	-276 526,08	-410 512,85
9 Resultados imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (3)	0,00	0,00
10 Rendimentos de investimentos financeiros (3)	0,00	0,00
11 Perdas de imparidade e suas reversões (3)	0,00	0,00
12 Ganhos (perdas) cambiais (3)	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	72 901,62	1 368 812,52
13 Imposto sobre o rendimento do período	-441 517,88	-17 481,38
Resultado líquido do período	-368 616,26	1 351 331,14
14 Resultado das atividades descontinuadas (líquidos de impostos) incluído no resultado líquido do período	0,00	0,00
Resultado líquidos do período atribuível a:(2)		
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários		
Resultado por ação básico		
A Administração/Gerência	Diana Vatabida	
O Técnico oficial de contas		

10.3 Movimentos ocorridos nas rubricas de capital

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO DE 2015
(Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Outras instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	7	9 000 000	509 000	4 782 582	5 676 377	1942 214	2 822 667	24 732 840	0	24 732 840
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0		0
Aplicação dos resultados do período anterior				2 696 879			-2 822 667	-2 822 667		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								0		0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	9 000 000	509 000	7 478 281	5 676 377	1942 214	0	24 806 852	0	24 732 840
RESULTADO INTEGRAL	9						1351331	1 351 331		1 351 331
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10=8+9						1 351 331	25 958 183	0	25 958 183
Realizações de Capital								0		0
Distribuições							0	0		0
Outras operações -RL POC								0		0
Outras operações				-2 075 000	-1457 338	-3 10 784		-3 843 122		0
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	11 12=7+8+9+11	9 000 000	509 000	5 404 281	4 219 039	1 631 430	1 351 331	22 115 061	0	22 115 061

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO DE 2016
(Montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transítidos	Ajustamentos em activos financeiros	Outras instrumentos no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	7	9 000 000	509 000	5 404 261	4 219 039	1 631 430	1 351 331	22 115 061	0	22 115 061
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0
Aplicação dos resultados do período anterior							-1351331	-1351331		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	9 000 000	509 000	5 404 261	4 219 039	1 631 430	0	20 763 730	0	22 115 061
RESULTADO INTEGRAL	9						-368 616	-368 616		-368 616
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10=8+9						-368 616	20 395 114	0	21 746 445
Realizações de Capital										0
Distribuições							0	0		0
Outras operações -RL POC								0		0
Outras operações			68 000	1283 331	-135 375	-348 867		867 089		1734 078
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	11	0			0	0	0	0	0	0
	12=7+8+9+11	9 000 000	577 000	6 687 592	4 083 664	1 282 563	-368 616	21 262 203	0	21 262 203




10.4 Movimentos e Depreciação dos Ativos Fijos Tangíveis

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fijos Tangíveis	Total dos Ativos Fijos Tangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1-1-2016	17.845.926,62	535.503,36	64.902,75	214.924,40	308.434,10	18.969.691,23
Investimento	166.592,77	0	0	3.901,00	0	170.493,77
Desinvestimento	0	0	0	0	0	0
Desreconhecimento SNC	0	0	0	0	0	0
Transferências e abates	0	-325,41	0	0	0	-325,41
Saldo final a 31-12-2016	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	218.825,40	308.434,10	19.139.859,59

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fijos Tangíveis	Total dos Ativos Fijos Tangíveis
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas						
Saldo inicial a 01-01-2016	5.227.614,20	412.526,15	64.902,74	194.304,49	290.822,07	6.190.169,65
Depreciações e perdas de imparid. do período	855.153,28	58.669,12	0	9.733,63	16.188,23	939.744,26
Transferências e abates	0	0	0	0	0	0
Desreconhecimento SNC	0	0	0	0	0	0
Saldo final a 31-12-2016	6.082.767,48	471.195,27	64.902,74	204.038,12	307.010,30	7.129.913,91

10.5.Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Direto

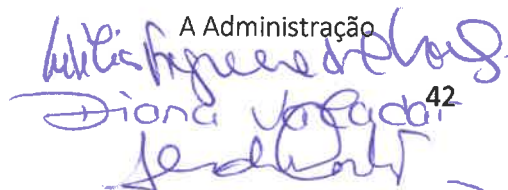
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Rubricas	PERÍODOS	
	2016	2015
Fluxo das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	939 515,63	943 638,80
Pagamentos a fornecedores	887 917,57	1 771 770,70
Pagamentos ao pessoal	1 384 834,99	1 178 247,00
Caixa gerada pelas operações	-1 333 236,93	-2 006 378,90
Pagamentos/recebimento do imposto s/ rendimento	66 292,09	325 669,60
Outros pagamentos/recebimentos atividade operacional	-2 940 097,83	-10 647,63
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-4 207 042,67	-1 691 356,93
Fluxo das atividades de investimento		
Pagamentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	226 095,82	222 907,50
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Ativos intangíveis, Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	419 311,56	419 311,60
Juros e rendimentos similares	0,00	1 602,50
Dividendos	0,00	0,00
Fluxo de caixa das actividades de investimento	193 215,74	198 006,60
Fluxo das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	5 129 866,53	5 166 036,40
Realizações de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	3 593 275,00	3 750 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	4 778 866,50	4 778 926,50
Juros e custos similares	276 526,08	408 110,90
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e out. instrumentos de capital próprio	0,00	2 075 000,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	3 667 748,95	1 653 999,00
Varição da caixa e seus equivalentes	-346 077,98	160 648,67
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	426 732,30	266 083,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	80 654,32	426 732,30

O Contabilista Certificado n.º 456



A Administração



Handwritten signature in blue ink, followed by a circular stamp containing a signature, and a small handwritten mark below it.

10.6 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício Económico de 2016

ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	46
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	46
2.1.	Bases de apresentação	46
2.2.	Políticas contabilísticas	47
2.3.	Moeda das demonstrações financeiras	47
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	47
3.1.	Saldo e transações em moeda estrangeira	47
3.2.	Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)	47
3.3.	Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)	48
3.4.	Outros ativos correntes	49
3.5.	Caixa e seus equivalentes	49
3.6.	Empréstimos	49
3.7.	Clientes e dívidas de terceiros	49
3.8.	Ativos fixos tangíveis	50
3.9.	Locação financeira e operacional	51
3.10.	Inventários	51
3.11.	Rédito e regime do acréscimo	52
3.12.	Resultados financeiros	52
3.13.	Imposto sobre o rendimento	52
3.14.	Principais fontes de incerteza das estimativas	53
3.15.	Imparidade de ativos, excluindo goodwill	54
3.16.	Classificação da demonstração da posição financeira	55
3.17.	Eventos subsequentes	55
4.	FLUXOS DE CAIXA	55
5.	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ESTIMATIVAS	56
6.	ATIVOS TANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	56
7.	ATIVOS INTANGÍVEIS	58
8.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MEP	59
9.	INVENTÁRIOS	60
10.	CLIENTES E CONTAS A RECEBER	61
11.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	63

12.	DIFERIMENTO DE GASTOS	63
13.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	64
14.	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	64
15.	RÉDITO	66
16.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	66
17.	GASTOS COM O PESSOAL	67
18.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	68
19.	OUTROS GASTOS E PERDAS	69
20.	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	69
21.	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	70
22.	CAPITAIS PRÓPRIOS	70
23.	SUBSÍDIOS DESTINADOS À EXPLORAÇÃO.	72
24.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO PESSOAS COLETIVAS	72
25.	DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	72
26.	ACONTECIMENTOS APÓS O FECHO	73
27.	DATA DE EMISSÃO	73



1. Identificação da Entidade

1.1 — *Designação da entidade: Ilhas de Valor S.A.*

1.2 — *Sede: Rua DR Luís Bettencourt 86 – 1º, Vila do Porto*

1.3 — *Natureza da atividade: planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito de atividades turísticas, comerciais, industriais e outros serviços*

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A adoção das NCRF nas contas individuais ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo para estes efeitos foi fixada em 1 de Janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro.

De referir que as contas ora apresentadas referem-se às contas individuais.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade que incluem os *International Accounting Standards* (“IAS”) emitidos pela *International Standards Committee* (“IASC”), os *International Financial*

Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas na nota 3. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Não houve derrogações das disposições do SNC.

2.3. Moeda das demonstrações financeiras

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira, publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registados como rendimentos e gastos na demonstração de resultados do período.

3.2. Investimentos em empresas subsidiárias e associadas (Equivalência Patrimonial)

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas subsidiárias e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial e que corresponde ao valor

registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e subsidiárias são registados como rendimentos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento efetuado.

Tratando-se de dividendos obtidos de empresas do grupo e subsidiárias a que é aplicado o método da equivalência patrimonial, são ajustados diretamente na conta de investimentos financeiros.

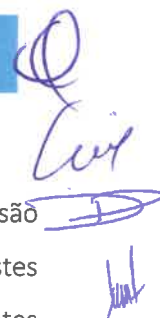
É também de referir que quando a proporção da empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra escriturado, o investimento é relatado pelo valor nulo.

3.3. Investimentos em empresas associadas e outras empresas (Método do Custo)

Os investimentos representativos de partes de capital em empresas associadas e outras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o valor pago acrescido de despesas de transação ou ao custo considerado na data de transição para as NCRF, e que corresponde ao valor registado naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os investimentos são mantidos ao custo de aquisição ou ao custo considerado, deduzido, quando aplicável, de perdas de imparidade estimadas.

As prestações suplementares concedidas pela Empresa a empresas associadas e outras empresas são registadas pelo respetivo valor nominal. Estas prestações são adicionadas ao valor dos investimentos em empresas associadas e outras empresas devido ao seu carácter permanente, não vencendo juros e de acordo com a legislação comercial aplicável, só podem ser restituídos à Empresa desde que os capitais próprios dessas empresas não fiquem inferiores à soma do capital e das reservas não distribuíveis após a restituição.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas e outras empresas são registados como rendimentos.



3.4. Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes ativos é registada quando existe evidência objetiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor estimado de recuperação e é reconhecido na demonstração de resultados do exercício.

3.5. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3.6. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor recebido líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

As despesas com a emissão de empréstimos são reconhecidas pelo método do custo na demonstração de resultados ao longo do período de duração dos empréstimos.

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares, nomeadamente imposto do selo, são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica) dos exercícios encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do fecho de contas classificados na rubrica "Outros passivos correntes".

3.7. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

3.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão relevados pelos valores que resultaram da sua aquisição acrescidos de todos os gastos necessários para a sua utilização (colocação no local de uso) líquidos das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais. Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a sociedade. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime de acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<i>Número de anos</i>
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	3 a 20
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 12



3.9. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos dos períodos a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo fixo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como gastos na demonstração consolidada de resultados do período a que dizem respeito.

3.10. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado e FIFO.

Os inventários compreendem as matérias-primas subsidiárias e de consumo, as quais estão contabilizadas ao custo de aquisição, os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, os quais estão valorizados ao custo de produção.

3.11. Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O método usado na mensuração do rédito foi o método da percentagem de acabamento das obras, nos contratos de construção.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.12. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

3.13. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,8%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria

coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.14.Principais fontes de incerteza das estimativas

A NCRF requer que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado, os resultados reportados pela sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.15. Imparidade de ativos, excluindo goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração de resultados.

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

3.16. Classificação da demonstração da posição financeira

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da demonstração da posição financeira.

3.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que ocorrem após a data de fecho do ano são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4. Fluxos de Caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos fluxos de caixa, foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Caixa	8.445,10	6.304,36
Depósitos à ordem	72.209,22	420.427,94
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	80.654,32	421.032,30
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes	80.654,32	426.732,30

Os saldos de caixas e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5. Alterações de Políticas Contabilísticas e Estimativas

Durante o exercício de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

A revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante. As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

6. Ativos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade foram como segue:

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total dos Ativos Fixos Tangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1-1-2016	17.845.926,62	535.503,36	64.902,75	214.924,40	308.434,10	18.969.691,23
Investimento	166.592,77	0,00	0,00	3.901,00	0,00	170.493,77
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	-325,41	0,00	0,00	0,00	-325,41
Saldo final a 31-12-2016	18.012.519,39	535.177,95	64.902,75	218.825,40	308.434,10	19.139.859,59

A variação nos ativos fixos tangíveis foi as obras realizadas no hotel da Graciosa no valor de 166.592,77 euros e, aquisição de equipamento administrativo no valor de 3.901,00 euros.

Depreciações do exercício e Acumuladas

	Terrenos e Edifícios	Equipamentos Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total dos Ativos Fixos
--	----------------------	---------------------	------------------------	----------------------------	---------------------	------------------------

					Tangíveis	Tangíveis
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas						
Saldo inicial a 01-01-2016	5.227.614,20	412.526,15	64.902,74	194.304,49	290.822,07	6.190.169,65
Depreciações e perdas de imparid. do período	855.153,28	58.669,12	0,00	9.733,63	16.188,23	939.744,26
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	6.082.767,48	471.195,27	64.902,74	204.038,12	307.010,30	7.129.913,91

As depreciações dos ativos tangíveis fixos foram no montante de 939.744,26 euros, em 2015 foram de 932.382,06 euros, sendo o valor superior em 7.362,20, face a aquisição de alguns equipamentos.

Valor líquido						
A 31-12-2015	12.618.312,42	122.977,21	0,00	20.619,91	17.612,03	12.779.521,58
A 31-12-2016	11.929.751,91	63.982,68	0,00	14.787,28	1.423,80	12.009.945,68

Face às aquisições no valor de 170.493,77 euros e as amortizações do exercício no valor de 939.744,26 euros o valor líquido dos ativos passou de 12.779.521,58 euros para 12.009.945,68 euros.

Propriedades de Investimento

	Terrenos e Edifícios					A. F. Tangíveis	A. F. Tangíveis
Ativo bruto:						Em Curso	Em Curso
Saldo inicial a 1-1-2016	1.562.979,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.979,87
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	1.562.979,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.562.979,87

Nos ativos fixos tangíveis em curso, ocorreram os seguintes investimentos:

Não houve concretização de investimentos em curso no ano de 2016.

Desta forma permanece em curso os investimentos o Valor de 1.562.979,87 euros referente a;

- Campo de Golf de Santa Maria no valor de 1.345.151,86
- Parque Temático da Ilha da Terceira no valor de 217.828.01

7. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis	Projetos Desenvolvimento			Total Ativos Intangíveis
Ativo bruto:				
Saldo inicial a 1-1-2016	383.991,32	0,00	0,00	383.991,32
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Desreconhecimento SNC	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31-12-2016	383.991,32	0,00	0,00	383.991,32

Não houve alterações nos ativos fixos intangíveis.

Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		Total das Amortizações
Saldo inicial a 31-12-2016	383.991,32	383.991,32
Depreciações e perdas de imparid. do período	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	
Desreconhecimento SNC	0,00	
Saldo final a 31-12-2016	383.991,32	383.991,32

Os ativos fixos intangíveis estão totalmente amortizados.

Valor líquido Intangíveis					
A 31-12-2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31-12-2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os ativos fixos Intangíveis no final do exercício não têm valor contabilístico.

8. Participações Financeiras - MEP

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos foram como segue:

	<u>Capital</u>	<u>Participação</u>	<u>Ajustamento</u>
	-	-	-
Sinaga, SA	<u>1.961.475,40</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.961.475,40</u>
Pousada da Juventude S. Cristo	<u>1.235.315,99</u>	<u>60,87%</u>	<u>90.038,76</u>
	3.196.791,39		2.051.514,16

	<u>Resultado</u>	<u>%</u>	<u>Ajustamento</u>
Sinaga, SA	-1864.224,85	<u>100,00%</u>	1.864.224,85
Pousada da Juventude S. Cristo	-16.815,77	<u>60,87%</u>	10.235,76

Quadro indica valores dos capitais próprios das empresas participadas, participação no capital das mesmas, assim como os resultados obtidos pelas mesmas, sendo ajustados na conta Investimentos Financeiros, pelas variações nos capitais próprios, assim como a imputação como custos dos resultados.

<u>Investimentos Financeiros</u>	<u>31-12-2015</u>	<u>Aumentos/Diminuições</u>		<u>31-12-2016</u>
Participações no Capital	1.803.047,97	900.000,00	2.009.835,14	693.212,83
Pousada Juventude S. Jorge	741.572,57	0,00	48.359,74	693.212,83
Sinaga, SA	1.061.475,54	900.000,00	1.961.475,40	0,00
Empréstimos Concedidos	524.900,00	1.779.231,67	270.000,00	2.034.131,67
Sinaga, SA	524.900,00	1.779.231,67	270.000,00	2.034.131,67
	2.952.317,74	1.779.231,67	270.000,00	2.034.131,67

-“Pousada da Juventude” diminuição de 38.123,98 pelos ajustamentos dos capitais, diminuição em 10.235,76 euros pelos ajustamentos da imputação dos resultados, passando o seu valor de 741.572,57 euros para 693.212,83 euros.

- "Sinaga" aumento de 900.000,00 euros pelo aumento do capital social, pelos ajustamentos dos capitais e 97.250,55 euros e pelo ajustamento do resultado no valor de 1.864.224,85 euros, passando o seu valor de 1.061.475,54 euros para 0,00 euros.

- Durante o exercício de 2016 houve empréstimo concedido à participada "Sinaga" no valor de 1.779.231,67 euros a utilização de 270.000,00 euros, para realização de aumento do capital social, assim o saldo é de 2.034.131,67 euros.

- O valor das participações financeiros era de 1.803.047,97 euros em 2015, face aos ajustamentos em 2016 é de 693.212,83 euros.

9. Inventários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, os movimentos ocorridos foram como segue:

Matérias-primas	31-dez-16	31-dez-15
Inventário inicial m/p	31.270,34	42.164,24
Compras de m/p	167.283,37	128.649,60
Regularização Existências	0,00	0,00
Inventário final mercadorias	34.209,39	37.720,34
Custo M. V. e M. C.	164.344,32	133.093,50

Mercadorias	31-dez-16	31-dez-15
Inventário inicial m/p	23.621,03	21.860,00
Compras de m/p	2.669,16	1.314,15
Regularização Existências	0,00	840,00
Inventário final mercadorias	15.785,45	23.621,03
Custo M. V. e M. C.	10.504,74	393,12

Inventário final mercadorias	49.994,84	61.341,37
Custo Total M. V. e M. C.	174.849,06	133.486,62

Compra de mercadorias e matérias-primas relacionadas com a exploração normal da atividade de restaurante, bar e golf, e com o Museu das Flores.

10. Clientes e Contas a Receber

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Clientes c/c	410.471,79	281.772,64
Clientes Verdegolf	350.484,72	231.475,67
Clientes golf Terceira	9.690,10	0,00
Clientes Ilhas de Valor	50.296,97	50.296,97

Do saldo global de clientes 410.471,79 euros o montante 350.484,72 euros é clientes da “VerdeGolf”, 50.296,97 euros das “Ilhas de Valor, S.A.”, e 9.690,10 de clientes golf terceira. O saldo de clientes em 2016 é de 410.471,79 euros sendo que em 2015 foi de 281.772,64 euros., sendo que a diferença de 128.699,15 resulta na maioria de débitos efetuados à Verde Golfe SA. e do saldo de clientes em divida do Golf da Terceira.

<u>Outras contas a receber</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Outros devedores por acréscimos (1)	2.029.729,06	710.767,79
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Outras contas a receber	33.193.016,90	32.381.891,22
Total	35.222.745,96	33.092.659,01

Em anexo quadro complementar com pormenorização dos valores apresentados;

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Devedores por Acréscimos	2.029.729,06	710.767,79
Faturação a emitir Verdegolf (1)	686.454,06	710.767,79
Faturação a emitir Ilhas de Valor (2)	1.343.275,00	0,00
Juro a receber (3)	0,00	0,00
Outros Devedores	33.193.016,9	32.381.891,22
Fundo garantia - linha Açores Investe	3.000.000,00	3.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas	1.000.000,00	1.000.000,00
Fundo garantia - linha Açores Investe II	4.500.000,00	4.500.000,00
Fundo garantia - linha Açores Empresas III	400.000,00	400.000,00
Diversas Linhas	472.001,67	265.340,00
Linha Açores Investe	338.236,40	322.789,84
Linha Reestruturação	46.934,42	103,39
Verdegolf	5.944.812,55	5.102.901,44
Linha Açores Empresas II	52.323,31	51.888,84
Pousada da Juventude São Jorge	380.837,52	532.537,52
Linha Açores Empresas I	56.097,20	54.730,34
Linha Reestruturação II	1.699.399,40	1.812.216,27
Linha Reestruturação III	2.429.246,42	2.698.385,06
Linha Açores Investe II	3.344.208,40	2.853.265,33
Linha Açores Empresas III	101.714,40	84.931,79
Atlantiline	0,00	80.486,90
Linha Empresas PVE	9.146.542,18	9.511.254,40
Programa Estabilização do Emprego	66.283,74	25.861,81
Recebido Linhas por Liquidar	0,00	85.198,29
Clube Golf Terceira	25.000,00	0,00
Verde Coragem Clube	300,00	0,00
Linha Reestruturação	66.062,20	0,00
Linha Açores Empresas II	84.019,62	0,00
Linha Açores Empresas I	38.997,47	0,00

(1) Faturação a emitir Verdegolf

Referente à parte do resultado de exploração de 2016 que só será faturado em 2017.

(2) Faturação a emitir Ilhas de Valor

Remanescente do Subsidio Destinado à exploração de 2016 que só foi recebido em janeiro de 2017.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Saldos devedores</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
IRC	0,00	325.669,60
Imposto sobre o valor acrescentado	227,41	3.886,43
Outros impostos	0,00	0,00
Total	227,41	329.556,03

<u>Saldos credores</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Pagamento por conta de IRC	0,00	0,00
Retenções na fonte de terceiros	11.327,01	10.322,01
Imposto estimado	375.225,79	0,00
Contrib. para Segurança Social	41.772,98	34.409,72
IVA	8.356,98	0,00
Imposto selo	0,00	0,00
Total	436.682,76	44.731,73

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social, impostos nas demonstrações liquidados no mês seguinte.

12. Diferimento de Gastos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como se segue:

<u>Gastos a reconhecer</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Seguros	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	1.792,15	96,00
Total	1.792,15	96,00

13. Financiamentos Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

<u>Financiamentos obtidos não correntes</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
BANIF 00-03102514101/43	0,00	0,00
BANIF Sider Flores	698.910,03	698.910,03
BANIF Sider Graciosa	927.325,23	927.325,23
CEMAH	4.000.000,00	4.000.000,00
BESA	3.800.000,00	4.200.000,00
	9.426.235,26	9.826.235,26

Financiamentos a médio e longo prazo, em cumprimento e de acordo com os planos financeiros para cada.

<u>Financiamentos obtidos correntes</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Empréstimos bancários</u>		
Caucionada BES/Novo Banco	41.000,00	0,00
Curto Prazo CEMAH	700.000,00	0,00
	741.000,00	0,00

Financiamentos ocasionados pela gestão diária de tesouraria, com utilização e reposição através da conta caucionada e empréstimo curto prazo.

14. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Fornecedores conta corrente</u>	165.795,45	3.610,05
Fornecedores Verdegolf	113.500,66	0,00
Fornecedores com saldo inferior a 10.000,00 €	113.500,66	0,00

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2016

Fornecedores golf Terceira	18.024,05	0,00
Fornecedores com saldo inferior a 10.000,00 €	18.024,05	0,00
Fornecedores Ilhas de Valor	34.273,22	3.610,05
Fornecedores com saldo inferior a 10.000,00 €	34.273,22	3.610,05

O saldo de fornecedores em 2016 é de 165.795,45 euros, sendo em 2015 de 3.610,05 euros.

<u>Outras contas a pagar - Corrente</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Credores por acréscimos de gastos</u>		
Seguros a Liquidar	0,00	0,00
Acréscimo Remunerações a liquidar	179.631,12	147.985,19
Juros a liquidar	7.940,21	3.080,29
Outros credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	25.611,22	50,30
	213.182,55	151.115,78

<u>Outros credores - Corrente</u>		
Capital Subscrito por realizar	630.000,00	0,00
Linhas Credito Bancos	12.255.106,35	11.755.333,64
Impostos diferidos	258.979,02	329.423,36
Fornecedores de Investimentos	26.971,58	
Total	13.171.056,95	12.084.757,00

<u>Outros credores - Não Corrente</u>	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Linhas de Crédito	6.650.000,00	6.650.000,00
Total	6.650.000,00	6.650.000,00

Outras contas a pagar no valor de 213.182,55 euros e outros credores no montante de 13.171.056,95 euros, representam a totalidade contas e credores em corrente.

Outros Credores não corrente no valor de 6.650.000,00 conforme discriminado totalizam 20.034.239,50 euros, sendo o total de outras contas a pagar em passivo corrente e não corrente.

15. Rédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Rédito</u>		
Vendas de mercadorias	8.494,49	3.493,69
Vendas de produtos	62.007,22	53.496,73
Prestação de serviços	1.489.029,10	1.380.292,93
Total	1.559.530,81	1.437.283,35

Aumento de vendas e aumento de prestação de serviços, as mesmas são entendidas como aceitáveis face às condições de mercado que se vive.

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Trabalhos Especializados	251.851,41	351.851,38
Publicidade e Propaganda	32.317,92	18.303,11
Vigilância e Segurança	311,16	407,35
Honorários	65.324,93	62.224,65
Conservação e Reparação	271.525,91	91.398,48
Outros Serviços	1,69	0,00
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	21.611,69	12.937,97
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	6.287,20	8.318,66
Artigos para Oferta	1.069,50	242,21
Outros Materiais	0,00	0,00
Eletricidade	40.429,63	43.724,91

Combustíveis	70.433,49	57.514,15
Água	2.662,14	2.487,43
Óleos e Lubrificantes	0,00	0,00
Outra Energia e Fluidos	2.048,15	1.978,43
Deslocações e Estadas	38.405,46	21.508,46
Transporte Mercadorias	244,02	155,45
Outros transportes	1.627,06	2.342,70
Rendas e Alugueres	26.964,35	13.243,82
Comunicação	15.608,24	14.153,74
Seguros	7.246,33	9.504,27
Contencioso e Notariado	118,00	159,50
Despesas de Representação	60,00	30,00
Limpeza e Higiene	19.543,99	14.088,99
Outros Serviços	2.270,31	2.204,49
Total	877.962,58	728.780,15

Apesar da estabilização generalizada das despesas gerais, o aumento das vendas e prestação serviços originou que os custos que são praticamente fixos também aumentassem, além disto as diversas reparações e manutenções em edifícios e equipamentos da empresa teve um aumento muito significativo cerca de 180.000,00 euros, sendo que estes gastos foram essenciais para o funcionamento e exploração normal da atividade das empresas.

17. Gastos com o Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
Remunerações dos órgãos sociais	169.500,97	157.495,12
Remunerações do pessoal	950.124,55	801.125,26
Encargos s/ remunerações	242.678,04	203.702,13
Seguros	15.399,49	11.268,45
Outros	6.675,62	3.588,55
Total	1.384.834,99	1.178.246,96

Os custos com pessoal tem aumento de 206.588,03 basicamente provocado pela contabilização dos quadros existentes no golf da Terceira, representando estes no aumento global cerca de 172.000,00, os restantes resulta de duas contratações e da anulação dos cortes nas remunerações e reposição dos vencimentos.

18. Outros Rendimentos e Ganhos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos Pronto Pagamento	0,00	0,00
Ganhos em Investimentos	0,00	0,00
Outros	511.710,57	428.177,98
Total	511.710,57	432.899,02

Dos 511.710,57 euros contabilizados em outros proveitos 419.311,56 euros dizem respeito:

Imputação Subsídio para investimentos

- Hotel Flores e Graciosa 384.913,56
- Adução Termas do Carapacho 34.398,00

Restantes proveitos resulta da restituição de impostos (90.170,13) e outros (2.228,88) proveitos residuais.

19. Outros Gastos e Perdas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Impostos	37.159,91	50.113,20
Taxas	3.066,99	1.153,22
Gastos Perdas Subsidiarias	1.874.460,61	801.931,48
Outros	23.010,38	10.042,27
Total	1.937.697,89	863.240,17

A verba de 37.159,91 euros inclui:

IMI e imposto selo operações bancárias, impostos sobre transportes.

A verba 1.874.460,61 euros resulta da aplicação do método de equivalência patrimonial referente à "Pousada" e "Sinaga".

20. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Juros de depósitos bancários	0,00	501,00
Juros moratórios	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	0,00	0,00
Outros juros	0,00	1.101,54
Total	0,00	1.602,54

Sem proveitos ou rendimentos financeiros no ano de 2016.

21. Juros e Gastos Similares Suportados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos ocorridos foram como segue:

	31-dez-16	31-dez-15
<u>Juros de financiamentos suportados</u>		
Juros bancários	253.457,28	366.346,03
Juros de outros empréstimos	0,00	0,00
Juros compensatórios	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros	23.068,80	45.769,36
Total	276.526,08	412.115,39

Juros bancários suportados sobre empréstimos de médio e longo prazo em período de carência, assim como sobre amortizações do empréstimo do Banif e Barclays (conforme plano financeiro existente).

Restantes despesas relacionadas com despesas cobradas pelos bancos relacionadas com os financiamentos existentes.

22. Capitais Próprios

O capital está representado por 1.800.000 ações ao portador de valor nominal de cinco euros cada, pertencentes a:

Acionistas	Ações	
Nome	Número	Valor Nominal
Região Autónoma dos Açores	900.000	4.500.000,00
Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico	890.000	4.450.000,00
SATA – Air Açores SA	5.000	25.000,00
Atlânticoline SA	5.000	25.000,00
TOTAL	1.800.000	9.000.000,00

Variações na rubrica de Capitais Próprios

Por deliberação da aprovação de contas referente ao exercício de 2015:

Transferência de resultados no montante de 1.351.331,14 € para:

- Para resultados transitados 1.283.331,14 euros.
- Para reservas legais 68.000,00 euros

Passando o saldo de resultados transitados de 5.404.261,48 euros para 6.687.592,62 euros.

Passando o saldo de reservas legais de 509.000,00 euros para 577.000,00 euros

Por Imputação do percentual dos resultados das empresas "Sinaga" e "Pousada";

- Ajustamentos em ativos financeiros 135.374,53 euros.

Passando o saldo de 4.219.038,94 euros para 4.083.664,41 euros.

Por Outras Variações no Capital Próprio referente a:

Imputação dos Subsídios para investimentos no valor de 419.311,56 euros e impostos diferidos no montante de 70.444,34 euros.

Passando o saldo de 1.631.430, 00 euros para 1.282.562,78 euros.

Pelo resultado do exercício de 2016

Resultado negativo em 368.616,26 euros.

Desta forma os capitais próprios da empresa que eram de 22.115.061,56 euros passam para 21.262.203,55 euros.



23. Subsídios destinados à Exploração.

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Subsídios à Exploração</u>		
Subsídios	3.593.275,00	3.750.000,00
Total	3.593.275,00	3.750.000,00

Durante o ano de 2016 a empresa recebeu 3.593.275,00 euros de subsídios destinados ao investimento e à exploração, nos quais se inclui o referente a Contrato-Programa para Coesão.

24. Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
<u>Imposto corrente</u>	0,00	0,00
Tributações autónomas	0,00	48,44
Coleta	330.036,77	17.432,94
Derrama	111.481,11	0,00
	<u>441.517,88</u>	<u>17.481,38</u>
<u>Imposto diferido</u>	0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período	441.517,88	17.481,38

Imposto calculado sobre o resultado, e com base nas taxas em vigor nos Açores.

25. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Foram pagos a título de honorários por auditoria e certificação legal das contas o montante de 11.136,00 euros.

26. Acontecimentos após o fecho

Não houve alterações após o fecho do exercício.

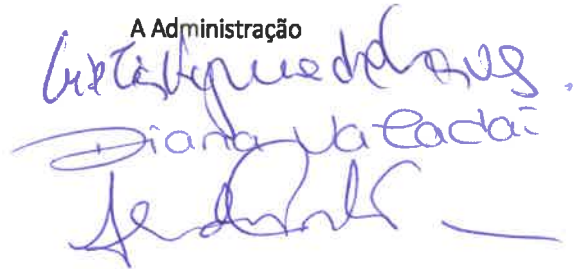
27. Data de emissão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras a 24 de fevereiro de 2017.

O Contabilista Certificado nº456



A Administração



RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS

RELATÓRIO DE CONSELHO FISCAL E
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

FISCAL ÚNICO

2016

ILHAS DE VALOR, S.A.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2016

Senhores Accionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da ILHAS DE VALOR, S.A., relativos ao exercício de 2016.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2016, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o n.º 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão e as contas do exercício.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016;
- b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2017

O FISCAL ÚNICO



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ILHAS DE VALOR, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 52.066.159 euros e um total de capital próprio de 21.262.204 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 368.616 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com Reservas”, parágrafo 1, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ILHAS DE VALOR, S.A., em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com Reservas

1. As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2016, da associada SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., contém cinco reservas por desacordo referentes, respectivamente: (i) Em 16 de Dezembro de 2013, foi celebrado um contrato de suprimentos entre a SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. e a FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES JOÃO DE MELO ABREU, LDA. no montante de 800.000,00 € (Oitocentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e o pagamento dos juros desde 16 de Junho de 2014;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

Adicionalmente, em 18 de Fevereiro de 2014, foi celebrado novo contrato de suprimentos entre as mesmas empresas, no montante de 600.000,00 € (Seiscentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e a primeira prestação do pagamento dos juros em 16 de Junho de 2014. Assim, o total dos contratos de suprimentos totaliza o valor de 1.400.000,00 € (Um milhão e quatrocentos mil euros), não tendo sido verificado, até à presente data, qualquer reembolso dos mesmos, para além do não pagamento dos juros devidos totalizar 242.121 euros, em 31/12/2016.

(ii) Como indicado na nota n.º 25 do Anexo e no Relatório de Gestão, sobre a Sinaga foram instaurados vários processos judiciais, cuja resolução pelos tribunais está em curso, não tendo sido constituída qualquer provisão para fazer face a perdas estimadas no montante de 2.458.587 euros.

(iii) Face à análise das expetativas de cobrabilidade que realizámos as “Perdas por imparidade acumuladas – Em dívidas a receber” apresentam uma insuficiência de pelo menos 1.070.776 euros. Porém, a natureza das situações existentes não nos permite ajuizar com segurança e rigor o quantitativo das perdas por imparidade a efetuar.

(iv) Na análise efetuada à conta “Produtos Acabados e Intermédios – Açúcar”, no montante de 282.466 euros, estimamos que o referido valor está sobrevalorizado face ao seu valor de realização futuro, pelo que deveria ter sido constituída uma perda por imparidade de cerca de 223.239 euros.

(v) Em 31 de Dezembro de 2016, o montante de juros e de custas processuais referente a um processo de execução fiscal não refletido contabilisticamente ascendia a 766.726 euros.

À mesma data e referente ao mesmo processo acima indicado, a empresa ainda não tinha regularizado o valor de 1.888.267 euros (quantia exequenda, juros e custas), uma vez que existe um contencioso com a Autoridade Tributária sobre o montante dos juros apresentados e, cujo desfecho, nesta data, ainda não é conhecido.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.


Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2016, da associada SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. apresentam um capital próprio na situação descrita no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

No entanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura das suas operações.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
-  elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 2017



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)